

**INSTITUTO BRASILIENSE DE DIREITO PÚBLICO – IDP - ESCOLA DE  
DIREITO DE BRASÍLIA – EDB**

**ESCOLA DE GOVERNO HENRIQUE SANTILO**

**CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO, MARKETING E  
MÍDIAS NO SETOR PÚBLICO**

**A IDENTIDADE DA TV BRASIL CENTRAL:  
PÚBLICA, PRIVADA OU ESTATAL?**

*Norma Leite*

**Resumo:**

O trabalho apresenta a identidade da Televisão Brasil Central. Primeiramente mostra um histórico das concessões da radiodifusão no Brasil, os três modelos de concessão para televisão bem como a diferenciação de cada um tipo desse modelo. A história da Televisão Brasil Central, sua fundação e as transformações ocorridas ao longo de sua existência, transformações essas que influenciaram e influenciam significativamente em sua identidade. Por ser uma emissora de caráter privado mas de domínio do Governo do Estado e estar filiada à rede Cultura, a emissora assume um caráter misto que engloba os três tipos de modelos. Esse fato foi comprovado tanto por entrevistas realizadas com funcionários que estão no veículo há mais de trinta anos e vivenciaram todas essas mudanças como referências bibliográficas que reforçam as características dos modelos da radiodifusão, o critério para concessões da radiodifusão, o poder e fascínio da televisão nas camadas da população brasileira.

**Palavras-chave: Televisão; Concessão, Público, Privado, Estatal.**

**Abstract**

The article presents the identity of the Brasil Central Television. First it shows a history of broadcasting awards in Brazil, the three models of television broadcasting as well as the difference between each type of that model. The history of Brasil Central Television, its foundation and the transformations that have occurred throughout its existence, transformations that have influenced and significantly influence its identity. Because it is a private station but a domain of the State Government and is affiliated to the Cultura network, the broadcaster assumes a mixed character that encompasses the three types of models. This fact has been proven both by interviews with employers who have been in the vehicle for more than thirty years and have experienced all these changes as bibliographic references that reinforce the characteristics of broadcasting models, the criterion for concessions of broadcasting, the power and fascination of television in the the Brazilian population.

**Keywords: Television, Concession, Public, Private, State.**

## 1 Introdução

O presente artigo tem por objetivo esclarecer qual a identidade da Televisão Brasil Central (TBC), a partir do estudo do caráter da sua concessão: pública, privada ou estatal, e se as mudanças políticas e jurídicas sofridas ao longo da existência da emissora interferiram na sua identidade. Para isso foram feitas entrevistas com um grupo de 15 servidores que estão na emissora há mais de 30 anos e vivenciaram todas as transformações na televisão. Nessas entrevistas foram analisadas a programação a publicidade e a liberdade editorial do veículo desde sua fundação.

A TBC é um canal de televisão de domínio do Governo do Estado de Goiás, cuja concessão outorgada no ano de 1968 foi de caráter privado. Desde sua fundação, o órgão que gerencia a emissora passou por várias mudanças jurídicas e políticas o que será investigado, e ainda se tais transformações influenciaram ou não na identidade da televisão. A TBC inicialmente era filiada à rede Bandeirante que manteve a cabeça de rede até o ano de 1995 quando foi incorporada a rede da TV Cultura, a qual mantém-se afiliada até o presente momento. Apesar de ser uma emissora cuja concessão é de caráter privado, a emissora que há mais 20 anos está afiliada a TV Cultura, acaba assumindo também um caráter público.

Durante a elaboração do presente artigo a Agência Brasil Central, órgão que mantém a TV Brasil Central, estava em fase de transição, para uma nova denominação e razão jurídica. A Agência seria incorporada a empresa CelgTelecom, cuja denominação passaria para Agetec. A intenção da mudança de gestão, incorporando a TBC a uma empresa de economia mista, é para que a TBC por meio da Agetec, desfrute de maior liberdade financeira e de menos burocracia para tramitação de processos, como um simples pagamento de diária.

Recordamos que no começo de sua implantação, a TBC foi incorporada a então empresa Cerne, Consórcio de Empresas de Radiodifusão e Notícias do Estado, empresa de economia mista, que permitia liberdade financeira e funcionava sem a burocracia tradicional de um órgão público e que foi extinta em 1999/2000.

É nesse contexto jurídico e político que pretendemos encontrar a identidade da TBC, as influências sofridas ao longo de sua existência tanto na programação, quanto na publicidade e na linha editorial, essas transformações representaram influências na identidade da emissora mesmo ela sendo de caráter privado.

Para abordar o problema as técnicas utilizadas foram a pesquisa bibliográfica e entrevistas presenciais com questionários fechado e aberto, em que foram ouvidos grupo de funcionários da TBC que estão trabalhando na emissora há mais de 30 anos lotados nas seguintes áreas: engenharia; programação, jurídico; comercial e jornalismo. Foi questionado aos entrevistados: como era a base da programação da TBC na época do Cerne, da Agecom e da ABC. Se eram mais programas nacionais que locais; ou mais locais que nacionais; ou a programação era dividida igualmente. Foi questionado também a base da programação local na época do Cerne, da Agecom e da ABC. Os programas locais eram produzidos em sua maioria pela própria emissora; ou terceirizados; ou se eram igualmente. Quanto a liberdade editorial os entrevistados responderam a seguinte questão: Como era essa liberdade nos períodos também do Cerne, da Agecom e da ABC. Não existia liberdade editorial, a programação era voltada para os interesses do Governo; existia parcialmente mas com peso maior para o Governo ou; existia liberdade, na emissora não havia interferência política. Os entrevistados responderam ainda questões alusivas à publicidade na TBC também na época do Cerne, da Agecom e da ABC, destacando: existiam mais propagandas locais que nacionais; ou mais nacionais que locais; ou a grade de publicidade dividida igualmente; ou não havia comercialização de propaganda na emissora. A entrevista foi realizada também com questões abertas ouvindo a opinião dos funcionários sobre os aspectos relevantes, segundo a opinião do entrevistado, nas transformações da programação, comercialização de propaganda e liberdade editorial na TBC nas transições da emissora do Cerne para Agecom e para ABC. E ainda qual a expectativa com a transformação da empresa de ABC para Agetec.

Metodologicamente recorreremos a pesquisa qualitativa com entrevista fechada e aberta. Para a pesquisa qualitativa aberta nos embasamos no trabalho de Rosália Duarte, que discorre sobre entrevistas em pesquisas qualitativas. Para ela, “Entrevistas são fundamentais quando se precisa/deseja mapear práticas, crenças, valores e sistemas classificatórios de universos sociais específicos, mais ou menos bem delimitados, em que os conflitos e contradições não estejam claramente explicitados” (p. 215).

A opção por realizar entrevista aberta também se deu no sentido de permitir um mergulho mais denso e amplo na memória do entrevistado para discorrer melhor o tema abordado, permitindo responder ao objetivo da pesquisa. A ideia foi buscar o objeto em estudo por meio de perspectivas das pessoas envolvidas nele.

Realizar entrevistas, sobretudo se forem semiestruturadas, abertas, de histórias de vida etc. não é tarefa banal; propiciar situações de contato, ao mesmo tempo formais e informais, de forma a “provocar” um discurso mais ou menos livre, mas que atenda aos objetivos da pesquisa e que seja significativo no contexto investigado e academicamente relevante é uma tarefa bem mais complexa do que aparece à primeira vista. (DUARTE, 2004, p. 216)

Para discutir a identidade da Televisão Brasil Central recorreremos a conceituação dos modelos das concessões de televisão público, privado e estatal citados por alguns autores como: Jambeiro (2004), Ericson Meister Scorsim (2007), CF/88 dentre outros. A liberdade editorial da TBC, referenciamos a partir de Washington Novaes (1994) e Laurindo Leal Filho (1988). Laurindo categoricamente mostra que a televisão passava a ser peça-chave na estrutura de manutenção do poder. E Novaes afirma em sua obra que a informação está atrelada aos detentores dos veículos de comunicação e até mesmo ao governo que esses financiam.

## **2. Histórico do objeto pesquisado: Concessão, Portaria, Decretos, Leis.**

As empresas de radiodifusão só são possíveis devido a concessão pública realizada pelo Governo Federal, por meio do Ministério das Comunicações.

Todo o processo de concessão e fiscalização da radiodifusão, no Brasil, ficou centralizado no Poder Executivo e, por consequência, sob direto controle do Presidente da República, iniciado por Getúlio, por Decreto de 1931, este modelo persiste até os dias de hoje. (JAMBEIRO, 2004, p.21)

A concessão da Televisão Brasil Central se deu no ano de 1968 pelo decreto 62.379, de 11 março de 1968, outorgada ao Governo do Estado de Goiás, através do Consórcio de Empresas de Radiodifusão e Notícias do Estado, Cerne, uma estação de televisão publicada no Diário Oficial da União em 14 de março de 1968. A concessão outorgada é de caráter comercial e foi renovada no ano de 1986 pelo decreto número 92.569. Já no ano de 2000, foi celebrado um convênio entre a União e o Governo do Estado de Goiás, por meio da Agência Goiana de Comunicação – Agecom, em substituição ao Consórcio de Empresas de Radiodifusão e Notícias do Estado, Cerne, conforme Lei número 13.550 de 11 de novembro de 1999, para executar o serviço de radiodifusão sonora de sons e imagens, na cidade de Goiânia/GO, publicado no DOU em 24/08/2000. No ano de 2008 a Portaria número 475 consigna ao Governo do Estado de Goiás – Agência Goiana de Comunicação, executar o serviço de radiodifusão de sons e imagens, para transmissão digital do serviço de radiodifusão de sons e imagens, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre- SBTVD-T, na mesma localidade.

Já a Lei de número 18.746 de 29 de dezembro de 2014 e publicada no DO de 29/12/14 – suplemento, em seu art. 13 a Agência de Comunicação passa a denominar-se Agência Brasil Central, ABC. A renovação da concessão vencerá em fevereiro de 2020.

## **2.1 Trajetórias da Televisão Brasil Central (TBC)**

São escassos os estudos e a bibliografia sobre a TBC. Em pesquisa pelo Site Goiás Agora, encontra-se um material mais detalhado sobre o percurso da emissora. Segundo informações do Portal, o Ministério das Comunicações abriu concorrência e o Governo de Goiás ganhou a concessão para ter sua emissora através do canal 13VHF. Com o prefixo: ZYA-570, a TV Brasil Central entrou no ar em março de 1975, em caráter experimental. Somente no dia 1º de maio de 1975, entrou no ar em definitivo, retransmitindo a programação da Rede Bandeirantes de Televisão, de São Paulo, durante o Governo Irapuan Costa Júnior.

A TV Brasil Central surge um pouco após o ganho de sua concessão, que ocorreu no ano de 1968. A emissora tem concessão de caráter privado, mas é de domínio do Governo do Estado, porém adota também o modelo estatal. Idealizada pelo então governador Mauro Borges, porém com o golpe militar em 1964, o projeto foi engavetado e a televisão só começou a ser implantada efetivamente no governo de Leonino di Ramos Caiado, na década de 1970, mas a concretização coube ao governo de Irapuan Costa Júnior no ano de 1975.

A primeira empresa que administrou a TBC foi o Consórcio de Empresas de Radiodifusão e Notícias do Estado, o Cerne, fundado em 1962 e tinha apenas a AGN – Agência Goiana de Notícias-, que se transformou em AGD – Agência Goiana de Divulgação -, A Rádio Brasil Central AM (fundada em 1950) e o Diário Oficial, se incorporaram ao Cerne. A RBC FM (fundada em 1974) também se incorporou ao Cerne, assim como a TV Brasil Central. Porém vamos nos ater apenas à TV Brasil Central, emissora gerida pelo Cerne, que é o nosso objeto de estudo.

Na primeira fase, a programação era independente com a exibição de filmes, desenhos e documentários comprados de empresas cinematográficas e outras televisões. Em julho de 1978, a TBC afiliou-se à Rede Bandeirantes de Televisão permanecendo até o ano de 1995, quando deixa a Bandeirantes e se filia a TV Cultura também de SP. Outra data que não pode ser esquecida na página desta história é 2 de outubro de 1997, quando um incêndio destruiu parcialmente, a TV Brasil Central.

A partir de 1999, o Cerne entrou em processo de liquidação, e o Governo do Estado criou a Agência Goiana de Comunicação – Agecom, que encampou a TBC, as Rádios e o D.O. Em 2014 a Agecom foi transformada em Agência Brasil Central, ABC.

Durante a elaboração do presente artigo a ABC, administradora da TBC, estava em processo transitório para uma nova empresa, denominada CelgTelecom, com a transição a ABC passaria para a seguinte denominação: Agetec.

O atual slogan da emissora é: A imagem da nossa cultura. A TBC é sintonizada no canal 13 (analógico) e 31.1 (digital). No início da TBC o transmissor tinha apenas 2KW. Hoje conta um transmissor de 10KW, analógico, que será desligado no dia 31 de maio de 2017, conforme cronograma do Ministério das Comunicações. O Sistema Irradiante da TV Brasil Central (Transmissores no Morro do Mendanha), atinge uma área de cobertura que gira entre 80 e 120KM em torno de Goiânia. O Sinal da TBC chega a aproximadamente em 140 municípios goianos. No momento, toda a programação está no ar com 100% analógico e 100% digital simultaneamente.

Devido a uma boa política com a TV Cultura, a TBC tem a tradição de usar horário da rede com programação especial como Procissão do Fogaréu, Fica (ambos na Cidade de Goiás) e a Festa do Divino Pai Eterno em Trindade, e devido ao perfil desses eventos: manifestações culturais e religiosas, a rede muitas vezes usa em programação. O ponto forte da TV Brasil Central sempre foi a programação local. O empenho dos profissionais para realização de programas regionais fez com que a TBC se destacasse, dentre as demais emissoras goianas. É a que mais contempla a grade de programação com produção local. Houve períodos em que a porcentagem de programação local em relação a Rede, chegou a 49%. Agora, (início 2017) a programação está em torno de 12%. A programação da TV Brasil Central é ininterrupta, está no ar 24 horas por dia de segunda a domingo.

Desde o início dos anos 2000 as discussões sobre digitalização sempre estiverem presentes na emissora. Em 21 de agosto de 2008, foi publicado no Diário Oficial da União o Extrato de Termo Aditivo para consignação de canal de radiofrequência destinado a transmissão digital – Teve início, então oficialmente, o processo de digitalização da emissora. Foram alguns anos entre discussões sobre formatos e projetos, diálogos com financiadores, licitação, preparação de documentação, compra de equipamentos, construção (obra física) da TV Digital, dentro da TV Analógica, treinamentos, testes etc.

Atualmente a TBC está 100% digitalizada, já se encontra no sistema irradiante, no morro do Mendanha, em pleno funcionamento, o Transmissor Digital com potência de 1.550KW (que cobre a mesma área coberta pelo transmissor Analógico).

### **3. O surgimento da TV no Brasil**

A televisão no Brasil chega em 1950, pelo empresário Assis Chateaubriand, com o modelo de concessão privado/comercial, vendendo entretenimento, e é amparada pelos decretos que regem a concessões para a radiodifusão. A TV no Brasil surge na contramão dos modelos europeu e americanos, que nasceram como emissoras públicas

Segundo Othon Jambeyro, a TV, ao contrário do rádio, surge no Brasil unguida pelo caráter comercial, tendo como inspirações não só o padrão já estabelecido pelo rádio, como também o modelo americano de uso comercial dos meios de comunicação de massa. Na mesma linha conceitual do surgimento da televisão o sociólogo e jornalista Laurindo Lalo Leal Filho reforça que:

Implantada no Brasil como extensão do rádio no conteúdo, no modelo institucional adotado e – nos casos mais emblemáticos – como apêndice de empresas jornalísticas consolidadas, a televisão passou longe dos ideais de serviço público. Aqui ela surgiu como um empreendimento comercial, balizado pelos interesses de empresas privadas que vislumbraram na nova tecnologia a possibilidade de uma frente de expansão dos seus negócios. (FILHO, 2006, p.9)

Apoiamos nessa conceituação e citação o programa O Povo na TV da TV Brasil que mostra na edição do programa 0035 um especial sobre TV pública x TV estatal. Nessa edição o programa relata que o primeiro modelo de televisão considerada pública foi no ano de 1967, a TV universitária de Pernambuco. Ainda no programa é mostrado que, as emissoras consideradas públicas no Brasil foram denominadas como TV educativas ainda no governo militar e eram controladas pela União e governos estaduais e municipais. Os modelos de emissoras públicas foram definidos como educativas para ser exploradas pela União, estados, territórios e municípios sob o controle do governo militar. Eram públicas apenas no sentido de que não competiam comercialmente com as emissoras privadas, apresentavam programas educativos como: palestras e aulas e como ainda funcionam hoje, são proibidas de transmitir propagandas.

Somente com a Constituição Federal 1988 que vai tratar dos modelos das televisões no Brasil, cuja normatização para a concessão da radiodifusão está especificada no capítulo 5º artigo 223 e 224.

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e

imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º - O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, §§ 2º e 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º - A não-renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º - O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º - O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º - O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

Art. 224 - Para os efeitos do disposto neste Capítulo, o Congresso Nacional instituirá, como órgão auxiliar, o Conselho de Comunicação Social, na forma da lei. 1º (BRASIL, 1988)

Essa normatização das concessões da radiodifusão vai disciplinar a exploração das concessões para a radiodifusão, porém como cabe ao Poder Executivo a outorga e fiscalização dessas concessões.

Parte-se do princípio de que o espectro das ondas é finito, permitindo a existência de poucos concessionários e, portanto, a necessidade de conceituar as frequências (AM, FM, OC, VHF, UHF) das emissoras de rádio e televisão como bens públicos, o que, por sua vez, justifica plenamente a normalização deste espectro para que ele possa ser explorado por intermédio das condições e padrões estabelecidos pelo Estado (SIMIS, 2006, p. 2)

Othon Jambeiro ressalta que regulada no Brasil dentro do espírito autoritário da Revolução de 30, a radiodifusão atravessou todo o século XX operada sob licença do Poder Executivo Federal. E ingressou no século XXI sem qualquer indicação de que poderá, em algum momento, ter participação da sociedade civil na regulação de suas atividades.

A televisão é considerada a única fonte de informação para muitos lares brasileiros. Nessa Linha Washington Novaes questiona o interesse de milhões de brasileiros não aparecer na comunicação. Para Washington Novaes, os avanços na área de comunicação foram modestíssimos: “apenas se outorgou ao Congresso Nacional o direito de aprovar, homologar ou não, concessões de rádio e televisão dados pelo Executivo, pelo Presidente da República, que mantém esse direito feudal, vamos dizer assim.”

Esse direito feudal da comunicação, a que se refere Noves, está presente no comportamento dos detentores dos veículos de comunicação, realidade nítida quando esse poder está nas mãos de Governo de Estado ou mesmo na iniciativa privada. Particularmente e em especial podemos usar como modelo a TV Brasil Central, por ser uma emissora sob o comando do Poder Executivo Estadual, a informação que chega ao cidadão por meio do veículo é uma informação que vai de interesse do poder executivo, principalmente quando são informações de ordem política.

O poder de um dono de qualquer meio de comunicação é um poder anacrônico, porque é um poder absoluto; ele tem poder de vida e morte sobre qualquer informação, ele diz não e acabou, essa informação não existe mais, não há força

que possa obriga-lo a publicar, ainda que seja a informação mais relevante do ponto de vista do interesse público. (NOVAES, 2006 p. 32e33)

Apesar da obra de Novaes ser do ano de 1987 primeira edição, a informação contida nela continua atualíssima do ponto de vista de como a comunicação chega ao cidadão e a influência dos donos dos veículos. Para ele “o problema não está no que vai ao ar – está no que não vai, na informação subtraída a sociedade”.

#### **4 Os modelos de concessão de televisão: privada, estatal e pública**

A televisão é o meio de informação e entretenimento que tem maior penetração nos lares brasileiros. Dentre os veículos de comunicação, como rádio, jornais impressos, revistas, web, a televisão ainda continua liderando o ranking de audiência, influência e domínio sobre uma parcela significativa da população brasileira. Informação reforçada pelo jornalista Eugênio Bucci, que ressalta que “num país como o Brasil em que a TV redefiniu o espaço público e reconfigurou a própria face da nacionalidade, a presença dos meios de comunicação é um fator incontornável para os educadores”. Eugênio Bucci mostra ainda o número de lares brasileiros com aparelho de televisão, cerca de 40 milhões, o que corresponde a quase 90% do total. Enfático, Eugênio mostra que “para uma população que lê pouco, dá a TV uma condição de monopólio da informação, ou seja, a TV monologa sem que outros meios lhe façam contraponto”.

São vários estudos sobre a TV no Brasil e no mundo, devido a sua influência no cotidiano do cidadão, nesse estudo começamos analisando as concessões para as emissoras de televisão no Brasil, o primeiro passo para conseguir um canal de TV. Essas outorgas são estabelecidas pelo Governo Federal e nesse sentido é comum interferências políticas, empresariais e até religiosas, que acabam influenciando a história da televisão no Brasil. Porém vale ressaltar que a televisão está submetida a o mesmo órgão que libera a concessão. Portanto as amarras políticas acabam influenciando em todo esse processo.

A constituição de 1988, dentre as normativas para as outorgas e os modelos dessas concessões, estabelece em seu artigo 224 a criação do Conselho Nacional de Comunicação, ligado ao Governo Federal, que foi instituído pela Lei nº 8.389 de 30 de dezembro de 1991, com a atribuição de realização de estudos, pareceres, recomendações e outras solicitações que lhe forem encaminhadas pelo Congresso Nacional a respeito do Título VIII, capítulo V, da Constituição Federal.

Os membros do Conselho são eleitos em sessão do Congresso Nacional com representantes das empresas de comunicação, dos trabalhadores e da sociedade civil, em

um total de 13 membros titulares e 13 suplentes que se reúnem uma vez por mês nas dependências do Senado Federal, em reuniões abertas ao público.

É importante salientar que a televisão, para ser implantada, tem que receber a concessão para exploração do canal, e essa concessão está classificada em três modelos: privada, estatal e pública. Tais modelos só foram instituídos com a constituição de 88, até então o único caráter que se adotava para concessão de um canal de televisão era o de privado.

A lei que rege as concessões é remota. Segundo Jambeiro (2004, p.47-48) o decreto imperial 2.614, de 1860 que regulou o telégrafo nacional é considerado o primeiro ato regulatório sobre serviços de telecomunicações no Brasil. O autor reforça ainda que “considerando o alcance e a natureza do novo meio de comunicação e o início dos serviços telefônicos, dez anos após, em 1870 outro decreto determina que as linhas telegráficas e, por extensão, os serviços telefônicos deveriam ser de domínio do Estado” (idem, p.45). Porém, como já citado foi com a promulgação da Constituição Federal em 1988, especificamente no capítulo V artigo 223 que foram normatizadas e regulamentadas as regras sobre concessão da radiodifusão. Contudo, permaneceram vários decretos anteriormente já sacramentos como regras específicas.

As outorgas são concedidas respeitando o caráter público, estatal e privado e segundo a legislação de radiodifusão obriga as emissoras a manter em sua programação: entretenimento, informação e educação. Porém, existe uma dificuldade para a definição do que seria uma televisão pública e estatal, fato levantado por Gabriel Priolli, que responsabiliza a imposição da Constituição do Brasil de 1988, que até hoje não foi cumprida pelo legislador. Ele lembra que a Lei número 4.117/62 que representa o marco regulatório dos serviços de televisão por radiodifusão, não diferencia claramente o que é público, estatal e privado e sequer estabelece regimes jurídicos diferentes entre elas.

Segundo Jambeiro (2004), os primeiros atos regulatórios da radiodifusão deram uma direção estruturada ao desenvolvimento e consolidação da indústria brasileira de radiodifusão e seu ambiente regulador. Ele argumenta em seu livro os atos especialmente, os decretos números 20.047 e 21.111 de 1931 e 1932, respectivamente, instituíram os princípios que têm norteado a regulamentação da indústria do rádio e da TV no Brasil, a saber: (1) Reserva da atividade para brasileiros; (2) Conceituação da radiodifusão como serviço de interesse público, a ser utilizado com finalidade educacionais; (3) Centralização do processo decisório e do controle da atividade no poder executivo; (4) Exploração predominantemente privada da indústria.

A Constituição de 1988 é o único documento jurídico que menciona a distinção entre modelos de televisão. Entretanto, não caracteriza critérios legais entre eles, embora determine que devem basear-se no princípio de complementaridade entre os modelos público, privado e estatal. A partir desses modelos para um melhor entendimento, usaremos as seguintes especificações: o caráter comercial de televisão são emissoras que desfrutam de concessão para praticar comercial dos canais de TV. Já as Estatais são as emissoras sobre o poder de entes da federação. E por fim a TV pública é emissora de televisão, cujo controle é ligado à sociedade civil, e não ao governo, nem às emissoras privadas. A verdadeira TV pública é aquela independente do poder econômico (não visa ao lucro) e do poder político (não beneficia, nem prejudica o governo, candidatos ou partidos políticos) (SCORSIM, 2007, p. 93).

## **5 Concessões públicas *versus* estatal**

São várias as dúvidas e erros de conceituação por parte do cidadão comum sobre o que é TV pública e o que é TV estatal. Muita gente não sabe a diferença entre os dois tipos de TVs e é comum a confusão do sistema público com o estatal, portanto a necessidade de esclarecer nesse capítulo a diferença entre os dois tipos de TVs. Como já citado anteriormente, são três tipos de concessões para TVs: pública, privada e estatal. Todas normatizadas pela Constituição de 88. Mas ainda há dúvidas sobre TV pública e TV estatal.

A TV pública é diferente da TV estatal, apesar de serem parecidas na prática, a natureza e funções de ambas é bem distinta. A TV estatal é classificada como aquela que faz prestação de serviços do governo e apresenta à população o ponto de vista do governo, como componente da variedade de pontos de vista da democracia midiática. A TV pública também tem como componente importante da variedade democrática e é portavoz da sociedade (da pluralidade de opinião e da diversidade cultural) sem intermediação do governo ou dos interesses da TV privada.

Tanto a TV pública como a estatal são de interesses público. A TV pública é exclusivamente subordinada ao interesse da sociedade; já TV estatal tende à divulgação das ações do governo, porém uma polêmica e impasse que pesa na liberdade da TV pública é o fato do seu financiamento ser da União, daí a polêmica: falta de autonomia, que aproxima o público do estatal.

A rede pública de televisão deve estar subordinada ao interesse público e sobre o controle da sociedade civil. Este conceito de autonomia esbarra no obstáculo que é a fonte

de seu financiamento, ainda governamental. A dependência dos recursos da união é o que torna mais difícil separar o público e o estatal.

Dentro desse contexto insiro a TV Brasil Central, cuja identidade é o nosso objeto de estudo. Um emissora de concessão privada/comercial, que é de poder do Governo de Goiás, e está filiada à TV Cultura que é uma emissora pública.

Gabriel Priolli, ressalta que existe um problema sobre a delimitação conceitual entre a televisão pública e estatal. Para ele, constitui um enorme desafio traçar as fronteiras entre a televisão pública e estatal, e recorre a CF/88, citando suas normas e procedimentos.

O princípio da complementaridade dos sistemas de radiodifusão (privado, público e estatal), contido no art. 223 da Constituição, exige um novo modelo de disciplina dos serviços de televisão para além do paradigma clássico, voltado unicamente para o serviço público de televisão por radiodifusão, associado à reserva da atividade em favor do Estado.

O novo modelo, que ora se defende, considera que os serviços de televisão devem ser classificados como: (I) serviço público privativo do Estado (sistema de radiodifusão estatal), (II) serviço público não privativo (sistema de radiodifusão público) e (III) atividade econômica em sentido estrito (sistema de radiodifusão privado). (PRIOLLI. 2008)

Segundo Scorsim (2007) a análise do aspecto subjetivo da prestação do serviço de televisão por radiodifusão implica na identificação dos prestadores dos respectivos serviços destinados ao público em geral. Almeida (*apud* SCORSIM) defende que “as emissoras de TV brasileiras se dividem em três categorias: aquelas ligadas a uma das redes nacionais privadas; as independentes, consideradas emissoras locais ou regionais; e as emissoras públicas que exibem programação predominantemente educacional e cultural”. Scorsim (2007) usa as seguintes definições para classificar os três modelos de televisão, como mostramos abaixo.

Televisão privada, para o autor são denominadas de “televisões comerciais”. A existência de emissoras privadas de televisão é garantida no ambiente constitucional democrático, fundando-se nos direitos fundamentais à liberdade expressão, informação e de comunicação, propriedade privada e livre iniciativa econômica privada. A finalidade básica é o desempenho de uma atividade econômica com o intuito de lucro, o qual é buscado mediante receitas do mercado publicitário

Televisão estatal: ele utiliza o termo setor estatal para designar as emissoras de televisão gerenciadas por um ente federativo ou por uma entidade (na forma pública ou privada) por ele criado. Segundo Scorsim a prestação dos serviços de televisão por radiodifusão pode ser feita, em tese, por todos os entes integrantes da federação brasileira,

isto é, pela União, pelos Estados e Municípios. Tais entes podem prestar diretamente o serviço, mediante a atuação da administração pública direta ou indireta, por meio de fundações ou empresas estatais.

Televisão pública: o sistema de radiodifusão público, conforme Scorsim, requer a plena participação da sociedade civil na organização da programação da TV Pública. Ou seja, uma emissora de televisão, cujo controle pertença de direito e de fato à sociedade civil, e não ao governo, nem às emissoras privadas

Privada, pública ou estatal são modelos de televisão normatizados pela Constituição Federal em 1988, porém o texto não ficou explícito essa diferenciação e a dúvida maior sempre foram na conceituação entre o público e o estatal. Para uma emissora de TV de domínio do Governo Estadual com concessão privada, a confusão por parte do cidadão ainda é maior.

## **6. Análise**

As transformações jurídicas e políticas ocorridas na gestão da Televisão Brasil Central, nesses 42 anos de existência da emissora influenciaram na identidade desta, uma vez que, independente do órgão gestor sempre foi nítida a influência nas linhas editorial, comercial e na programação. “Sempre influencia, todas as mudanças ocorridas ao longo dos anos na emissora, influenciaram sim, na linha editorial, no comercial e até na programação da televisão. É do governo, não temo como ser diferente.” Relato do servidor Hélio Costa, chefe de reportagem. Está na emissora há 33 anos.

O primeiro órgão responsável para administrar a TBC foi o Consórcio de Empresas de Radiodifusão e Notícias do Estado, o Cerne, uma empresa de economia mista que permitia liberdade financeira e comercial para o veículo. E durante quase todo o período da gestão do Cerne sobre a TBC, a emissora estava filiada à rede Bandeirantes, uma empresa de caráter comercial, fato que contribuiu para uma maior veiculação de comerciais da rede, como constatamos em nossas entrevistas.

Durante o período em que o veículo foi gerido pelo Cerne, como constatamos em nossa pesquisa qualitativa, a empresa condicionava mais liberdade financeira e comercial para gerenciar a emissora, o que caracterizava de fato seu caráter de televisão privada. Com um destaque significativo para os programas produzidos pela própria emissora e um departamento comercial mais ativo e agressivo. As agências de mídias incluíam a televisão na rota para veiculação de sua publicidade, pois era garantido recebimento da comissão, e o departamento comercial da emissora funcionava vendendo e produzindo

comerciais para os programas da casa. Nesse período a publicidade nacional era maior, porém, o que era veiculado na emissora, tanto comerciais de programas da casa quanto os terceirizados, é considerado um número significativo comparando-se com o atual momento. “A época melhor para trabalhar no comercial, foi o período em que a televisão era administrada pelo Cerne. O trabalho no comercial era produtivo, vendíamos anúncios, fazíamos permuta, foi uma época prazerosa em que víamos o resultado do nosso trabalho. Depois com essas mudanças tantas limitações e burocracias a gente não consegue vender mais nada aqui na TV”. José de Castro, lotado no comercial da Agência há mais de 30 anos.

A liberdade editorial nesse período, de acordo com todos os entrevistados, tinha um controle mais leve se comparado aos períodos em que o controle da televisão foi gerido por outros órgãos. Porém o poder no Governo Estadual sobre a emissora estava presente. “Por ser uma emissora de poder do Governo é normal esse controle do Estado, por meio dos diretores da televisão, sobre o que pode ir e não no ar, mas esse controle foi maior após a extinção do Cerne”. Júlio Kanedma, editor de texto da emissora, está no veículo há 39 anos.

Em 1999 o Cerne é extinto e cria-se a Agência Goiana de Comunicação, Agecom, responsável por administrar a TBC. A agência nasce sem as características de uma empresa de economia mista, porém, cabe a Agecom controlar a TBC e também o departamento de mídias do Governo. Vale ressaltar que nesse período na história política de Goiás há uma alternância significativa de poder, o controle do Estado que estava há mais de 20 anos sob o domínio do PMDB passa para o PSDB. Tal contexto político pode nos ajudar a compreender essa transformação do órgão gestor da TBC. Com a Agecom percebe-se que o departamento comercial começa a enfraquecer e a autonomia financeira e comercial começa a ficar fragilizada na emissora. Mesmo assim, a publicidade na emissora é maior em relação ao nacional. Esse fato pode ser explicado pela TBC já fazer parte da Rede Cultura, uma emissora pública, que não visa ao comercial publicitário em sua grade.

Nesse sentido constatamos que se a emissora comercializa seus produtos, e seus horários fazendo jus ao caráter privado, a TBC reforça na prática o modelo do seu caráter de concessão privada

Apesar da programação nacional também prevalecer nesse período, fato constatado por quase 80% dos entrevistados, todos os ouvidos alegaram que nesse período registrou-se um crescimento significativo de programas locais, com uma maior

concentração de programas terceirizados, os quais sobressaíam em relação à produção da casa.

Durante a gestão da Agecom a liberdade editorial continua controlada, o que foi confirmado por 100% dos entrevistados. Havia um peso maior pela direção da Agecom que controlava com mais firmeza uma linha editorial mais voltada aos interesses do governo.

No ano de 2014 a Agecom é extinta e em seu lugar é criada a Agência Brasil Central, ABC, órgão que administra a televisão até o presente momento. Porém a ABC nasce com menos autonomia que tinha a Agecom, a administração das mídias e verbas que eram de controle dessa agência, são transferidos para outro órgão do governo e a ABC tem a responsabilidade de apenas gerir a TBC. Nesse período é praticamente inexistente a liberdade financeira e comercial na emissora, fato comprovado pelas entrevistas, os contratos dos programas terceirizados, que não atendem as normas da ABC para veiculação dos mesmos, são cancelados e começa a fomentar a produção de programas locais. “Com a transformação de Agecom para ABC, ficou pior para o comercial, não temos liberdade de fazer nada, não podemos vender, e ninguém quer anunciar porque como Agência não pode pagar os 20% de comissão” José Inácio, contato comercial da emissora há mais de 30 anos, relata os reflexos no comercial com a transformação da Agência. “Os comerciais que estão sendo rodados aqui são a mídia do governo e dos poucos programas terceirizados” José Inácio. Mesmo com uma baixa na publicidade ela é maior comparando-se com a rede. Esse dado pode ter relação pelo fato TV Cultura ser emissora de caráter público, o que não tem como critério a busca por publicidade de comerciais. No período da vigência da ABC, gestora da TBC, a programação nacional ainda sobressai em relação a programação local.

Durante a execução do presente artigo a emissora vivencia os tramites para uma nova mudança de gestão de órgão, estuda-se a incorporação da televisão à uma empresa de economia mista, para que a essa torne-se rentável e sustentável.

Nas entrevistas foi questionado ainda, aos entrevistados, os aspectos relevantes em todas as transformações sofridas Cerne, Agecom e ABC, todos os ouvidos foram unânimes em afirmar que para a emissora e funcionários não foram mudanças positivas, já as liberdades financeira e comercial tiveram perda considerável. Com a extinção do Cerne acabou a comercialização. Questionamos ainda aos entrevistados quais as expectativas quanto a possível extinção da ABC e outra chegada de uma nova empresa de economia mista, 90% dos entrevistados disseram estar esperançosos e acreditam que

se for para proporcionar a televisão mais liberdade financeira e comercial será uma mudança positiva. Porém, 10% estão temerosos, e não descartaram interesses políticos por traz dessa mudança e temem um futuro incerto da emissora. “Acreditamos que caso haja nova mudança na empresa seja para melhor, caso sejamos geridos por uma empresa de economia mista, podemos ter uma comercialização agressiva como no passado” Alexandre Momotuk, engenheiro da emissora há mais de 30 anos.

A partir dessa análise acreditamos que a TBC assume um caráter que engloba os três tipos de modelo de televisão: privada, estatal e pública, já que os três modelos é referência na programação como constatado pelas entrevistadas com os servidores da casa e a conceituação bibliográfica sobre os tipos de concessão para radiodifusão.

### **6.1 Análises da identidade da TBC - a partir da programação no período do Cerne, Agecom e ABC**

Sobre a base da programação no período do Cerne e ABC (1975/1999) e 2014 até o atual momento), 100% dos entrevistados alegam que a programação maior era a nacional. Já no período da gestão da Agecom (1999/2014) 80% acreditam que a programação nacional sobressaía, enquanto 20% defendem que a produção local era maior.

Dentre os programas locais na época do Cerne 80% alegaram ser programação da própria emissora enquanto 20% acreditam ser terceirizados. Na gestão da Agecom mais de 80% dos entrevistados alegaram que a produção maior era de terceirizados e cerca de 20% de produção local. E durante a gestão da ABC, atual gestão, 100% dos entrevistados acreditam que a produção maior são de programas da casa em relação aos terceirizados.

### **6.2. Análise da identidade da TBC – liberdade editorial**

A pesquisa ouviu ainda dos entrevistados como era a liberdade editorial na emissora durante os períodos Cerne, Agecom e ABC. Todos os entrevistados responderam que no período do Cerne, havia controle do governo, porém com menor interferência sobre o que ia ao ar. Já no período da Agecom e ABC, todos os entrevistados foram unânimes e informaram que a liberdade editorial nesses dois períodos a interferência governamental foi maior, por meios dos gestores dos órgãos comparando-se ao passado.

Nesse sentido a pesquisa/entrevista constatou que o Governo de Goiás influencia ora menos ora mais na liberdade editorial da Televisão Brasil Central, o que caracteriza

claramente a interferência no modelo estatal de comunicação numa emissora privada, mas de domínio do Poder Executivo Estatal.

### **6.3. Análise da identidade da TBC – publicidade**

Pela pesquisa foi apurado que a publicidade, ou seja, os comerciais veiculados na emissora, durante o período em que o veículo estava controlado pela gestão do Cerne o comercial era maioria nacional, fato reiterado por 100% dos entrevistados. Vale ressaltar que por um bom período a emissora foi ligada a rede bandeirantes emissora privada que tinha a publicidade na sua grade de veiculação. (1975/1999). Porém nos períodos de Agecom e ABC, agências que controlaram e controlam a TBC 100% também dos entrevistados disseram privada, pública ou estatal são modelos de televisão que a maioria dos comerciais são regionais, fato pode ser explicado pela sua filiada à TV Cultura, não veicular comerciais na sua grade de programação. Destacamos após entrevistas, que no período da Agecom teve um grande volume de comerciais locais, porém, tratava-se de uma publicidade oriunda dos programas terceirizados. Já no período da ABC (2014/ até o atual momento) os comerciais locais sobressaem devido ao caráter da rede afiliada, mas com um volume pequeno.

## **7. Considerações finais**

A Televisão Brasil Central, cuja identidade foi nosso objeto de estudo, trata-se de uma emissora de concessão privada/comercial, que é de poder do Governo de Goiás, e está filiada à TV Cultura que é uma emissora pública. Entretanto, chegamos à conclusão, através de pesquisas bibliográficas e da pesquisa qualitativa com entrevistas presenciais, de que a identidade da TBC, na verdade, é um mix das concessões: privada, pública e estatal. Ou seja, constatamos que a emissora mesmo sendo de caráter privado, tem também, a existência na filosofia do veículo tanto o caráter estatal quanto o público.

A TBC faz jus ao caráter comercial, no começo da emissora era nítida a prática do modelo privado, e apesar de todas as transformações jurídicas e extinções de órgãos que a gerenciava, o comercial sempre esteve presente mesmo que de forma discreta, o que em determinados período foi uma preocupação por parte da direção.

E por ser uma televisão de domínio do Governo do Estado o caráter estatal também sempre esteve presente, o controle e o cuidado na programação de fatos alusivos aos interesses do Governo foram constados ao falar sobre a liberdade editorial que nada mais era do que divulgar principalmente matérias de interesses governamentais.

Como a emissora é filiada à TV Cultura uma emissora de caráter público, cuja programação é considerada educativa e de interesse público, a TBC, ao divulgar esses programas em sua grade assume também o modelo público. É bom destacar que a TBC ainda transmite para a rede muitos programas de interesse da mesma que são considerados educativos, culturais e religiosos.

## 8. Referências

A TV aos 50 – **criticando a televisão brasileira no seu cinquentenário**, 1ª. ed. São Paulo: editora Fundação Perseu Abramo, 2000

BRASIL. Constituição Federal. 1988. Disponível em:

<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/constfed.nsf/16adba33b2e5149e032568f60071600f/867c0b7d461bdcb50325656200704c11?OpenDocument>

Acesso em: 20 Janeiro 2017.

DUARTE, Rosália. **Entrevista em pesquisas qualitativas**. Educar em Revistas, núm. 24, Universidade Federal do Paraná, Brasil, 2004

LEAL, Laurindo Filho. **Atrás das Câmeras**. V.29, São Paulo: Summus, 1988

JAMBEIRO, Othon. **Tempos de Vagas: o rádio e o controle da informação**, Ed. Universidade Federal da Bahia: 2004

NOVAES, Washington. **A quem pertence a informação**. 2ª. Ed, Petrópolis: Ed.Vozes, 1996.

PRIOLLI, Gabriel. **Delimitação conceitual das TVs estatal, pública e privada**– Disponível em: <http://www.intervozes.org.br/direitoacomunicacao/?p=20350>. Acesso 06 de Abril 2017

Portal Goiás Agora. [www.goiasagora.com.br](http://www.goiasagora.com.br). Acesso em 14 de Abril de 2017

SIMIS, Anita. **A legislação sobre as concessões na radiodifusão**, UNÍrevista Vol. 1, nº 3, UNESP, SP. 2006.

SCORSIM, Ericson Meister. **Estatuto dos serviços de televisão por radiodifusão**. Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo: São Paulo, 2007

TV BRASIL: Programa O Público na TV. Edição 0035, 17/05/2012

## 9. Apêndice – Questionário semi-estruturado aplicado aos funcionários da TBC

Este questionário/entrevista enquadra-se numa investigação no âmbito de uma pós-graduação, realizada com funcionários da Televisão Brasil Central. Os resultados obtidos serão utilizados apenas para fins acadêmicos, sendo importante realçar que as respostas dos entrevistados representam apenas a sua opinião e não a da empresa.

1) Qual era a base da programação da TBC na época do Cerne:

- Mais programas nacionais que locais
- Mais programas locais que nacionais
- A programação era dividida igualmente

2) Qual era a base da programação da TBC na época da Agecom:

- Mais programas nacionais que locais
- Mais programas locais que nacionais
- A programação era dividida igualmente

3) Qual era a base da programação da TBC na época da ABC?

- Mais programas nacionais que locais
- Mais programas locais que nacionais
- A programação era dividida igualmente

4) Sobre os programas locais, como era a programação na época do Cerne?

- Mais programas produzidos pela própria emissora
- Mais programas terceirizados
- A programação era dividida igualmente

5) Sobre os programas locais, como era a programação na época da Agecom

- Mais programas produzidos pela própria emissora
- Mais programas terceirizados
- A programação era dividida igualmente

6) Sobre os programas locais, como era a programação na época da ABC

- Mais programas produzidos pela própria emissora
- Mais programas terceirizados
- A programação era dividida igualmente

- 7) Como era a liberdade editorial da programação na época do Cerne
- Não existia. Programação voltada aos interesses do Governo
  - Existia parcialmente. Mas com peso maior para o Governo
  - Existia liberdade, na emissora não havia interferência política

Como era a liberdade editorial da programação na época da Agecom

- Não existia. Programação voltada aos interesses do Governo
- Existia parcialmente. Mas com peso maior para o Governo
- Existia liberdade, na emissora não havia interferência política

- 8) Como era a liberdade editorial da programação na época da ABC
- Não existia. Programação voltada aos interesses do Governo
  - Existia parcialmente. Mas com peso maior para o Governo
  - Existia liberdade, na emissora não havia interferência política

9) Sobre a publicidade na emissora na época do Cerne:

- Existiam mais propagandas locais que nacionais
- Existiam mais propagandas nacionais que locais
- A grade de publicidade era dividida igualmente
- Não havia comercialização de propaganda na emissora

10) Sobre a publicidade na emissora na época da Agecom:

- Existiam mais propagandas locais que nacionais
- Existiam mais propagandas nacionais que locais
- A grade de publicidade era dividida igualmente
- Não havia comercialização de propaganda na emissora

11) Sobre a publicidade na emissora na época da ABC:

- Existem mais propagandas locais que nacionais
- Existem mais propagandas nacionais que locais
- A grade de publicidade é dividida igualmente
- Não há comercialização de propaganda na emissora

12) Quais os aspectos relevantes, segundo sua opinião, nas transformações da programação e principalmente na comercialização de propaganda na TBC nas transições da emissora do Cerne para Agecom e para ABC

13) Qual a expectativa com a transformação da empresa de ABC para AGETEC?